REGULAMENTODO PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕESMULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ nº: 54.393.170/0001-02

DATADO DE

04 DE MARÇO DE 2026

SUMÁRIO

CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO FUNDO CAPÍTULO I - DO FUNDO 3
CAPÍTULO I - DO FUNDO 3
CAPÍTULO II - DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ESSENCIAIS, SUASRESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES 4
Vedações 9
CAPÍTULO III - DA REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOSESSENCIAIS 10
CAPÍTULO IV - DOS ENCARGOS DO FUNDO 11
CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS 13
CAPÍTULO VI - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 18
CAPÍTULO VII - DAS COMUNICAÇÕES 20
CAPÍTULO VIII - DOS FATOS RELEVANTES 21
CAPÍTULO IX - DAS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS 23
CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24
ANEXO I - DESCRITIVO DA CLASSE ÚNICA DE COTAS DO PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA 26
CAPÍTULO I - DA CLASSE E SUBCLASSES 26
CAPÍTULO II - DO OBJETIVO DA CLASSE E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO 26
CAPÍTULO III - DAS COTAS 34
CAPÍTULO IV - DA EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DASCOTAS 37
CAPÍTULO V - DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÕES 39
CAPÍTULO VI - DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS 40
CAPÍTULO VII - DA RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS 41
CAPÍTULO VIII - DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO 41
Custodiante 41
CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO PRESTADORES DE SERVIÇO 41
Taxa de Administração 41
Taxa de Gestão 42
Taxa Máxima de Custódia 43
CAPÍTULO X - DOS ENCARGOS DA CLASSE 43
CAPÍTULO XI - DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS 44
CAPÍTULO XII - DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS SENIORES 44
CAPÍTULO XIV - DO CONFLITO DE INTERESSES 46
CAPÍTULO XV – DA RESERVA DE LIQUIDEZ 46
CAPÍTULO XVI - DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO 48
CAPÍTULO XVII - DOS FATORES DE RISCO 50
ANEXO II - DEFINIÇÕES 55
ANEXO III - METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO 61
APÊNDICE A 64
REFERENTE À SUBCLASSE DE COTAS SENIORES 64
APÊNDICE B 68
REFERENTE À SUBCLASSE DE COTAS SUBORDINADAS 68

REGULAMENTO DO

PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕESMULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 54.393.170/0001-02

CONDIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO FUNDO CAPÍTULO I - DO FUNDO

CAPÍTULO I - DO FUNDO

Artigo 1º. **O PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EMPARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**, é um Fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, com prazoindeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e seus Anexos, disciplinado pela Resolução CVM nº 175 e seu Anexo NormativoIV, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - O Fundo contará com uma única Classe de Cotas cujas características encontram-se descritas no Anexo I ao presente Regulamento.

Parágrafo Segundo – A Classe contará com 2 (duas) diferentes Subclasses, cujas características estão descritas no Apêndice A e Apêndice B do Anexo I.

Artigo 2º. O Fundo é constituído por deliberação conjunta dos Prestadores de Serviços Essenciais, os quais foram os responsáveis pela aprovação, nomesmo ato, do Regulamento.

Artigo 3º. Os termos aqui utilizados em letras iniciais maiúsculas e não expressamente definidos encontram- se definidos no Anexo II – Definições, ao presente, o qual é parte integrante e inseparável deste Regulamento.

CAPÍTULO II - DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ESSENCIAIS, SUASRESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES

Artigo 4º. As atividades de administração fiduciária, custódia dos ativosintegrantes da carteira do Fundo, controladoria, escrituração e distribuição de Cotas do Fundo serão exercidas pelo Administrador. O Administrador tem poderes para praticar os atos necessários à administração do Fundo, na sua respectiva esfera de atuação.

Artigo 5º. São obrigações do Administrador, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável:

(i) contratar, em nome do Fundo, com terceiros devidamente habilitadose autorizados, os seguintes serviços, se conforme o caso, tais serviços não sejam prestados diretamente pelo Administrador:

a. tesouraria, controle e processamento dos ativos;

b. escrituração das Cotas; e

c. auditoria independente, nos termos do art. 69 da ResoluçãoCVM nº 175.

(ii) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

a. o registro dos Cotistas e de transferência de Cotas;

b. o livro de atas das Assembleias de Cotistas e das reuniões dosconselhos consultivos, comitês técnicos ou de investimentos, se houver;

c. o livro ou lista de presença de Cotista;

d. os pareceres do auditor independente; e

e. os registros e demonstrações contábeis referentes àsoperações e ao patrimônio do Fundo.

(iii) solicitar, se for o caso, a admissão à negociação das Cotas emmercado organizado;

(iv) pagar a multa cominatória às suas expensas, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação aplicável;

(v) elaborar e divulgar as informações periódicas e eventuais da Classe;

(vi) manter atualizada junto à CVM a lista de todos os prestadoresde serviços contratados pelo Fundo, inclusive os Prestadores de ServiçosEssenciais, bem como as demais informações cadastrais do Fundo e sua Classe;

(vii) manter serviço de atendimento ao Cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido neste Regulamento;

(viii) monitorar as hipóteses de Liquidação Antecipada;

(ix) observar as disposições constantes deste Regulamento;

(x) cumprir as deliberações da Assembleia de Cotistas;

(xi) monitorar o cumprimento integral, pelo Fundo, dos limites, índices e critérios referidos neste Regulamento;

(xii) receber dividendos, bonificações e quaisquer outrosrendimentos ou valores atribuídos ao Fundo; e

(xiii) manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteirado Fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 25, do Anexo Normativo IV.

Parágrafo Primeiro - O Administrador indicará o seu Diretor responsávelpela administração do Fundo perante a CVM, na forma da regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – O Administrador compromete-se e obriga-se a cumprir

todas e quaisquer disposições previstas em eventuais instrumentos de acordos celebrados entre os Cotistas do Fundo durante todo o período de sua vigência. O Fundo e o Administrador não registrarão, consentirão ou ratificarão, qualquer voto ou aprovação dos Cotistas, ou realizarão ou deixarão de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições do referido acordo entre cotistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos Cotistas signatários do referido acordo.

Artigo 6º. A atividade de gestão da carteira de ativos do Fundo será realizada peloGestor. Observadas as limitações legais e as previstas na regulamentação aplicável, o Gestor tem poderes para praticar os atos necessários à gestão da carteira, na sua respectiva esfera de atuação, inclusive, representar o Fundo em processo de licitação pública, incluindo, a representação do Fundo em todos os atos relacionados ao Edital SPI nº 01/2024, intermediado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, do Estado de São Paulo, referente ao processo de desestatização da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia.

Artigo 7º. São obrigações do Gestor, observadas as matérias que dependem de prévia deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável:

(i) contratar, em nome do Fundo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os seguintes serviços, se, conforme o caso, tais serviços não sejam prestados diretamente pelo Gestor:

a. intermediação de operações para a carteira de ativos doFundo;

b. distribuição de Cotas;

c. consultoria de investimentos;

d. classificação de risco por agência classificadora de risco;

e. formador de mercado de classe fechada; e

f. cogestão da carteira ativos do Fundo.

(ii) informar o Administrador, de imediato, caso ocorra qualquer alteração em

(iii) prestador de serviço por ele contratado;

(iv) providenciar a elaboração do material de divulgação da Classe para utilização pelos distribuidores, às suas expensas;

(v) diligenciar para manter atualizada e em perfeita ordem, às suas expensas, a documentação relativa às operações da Classe;

(vi) manter a carteira de ativos enquadrada aos limites de composição e concentração e, se for o caso, de exposição ao risco de capital;

(vii) observar as disposições constantes deste Regulamento;

(viii) cumprir as deliberações da Assembleia de Cotistas;

(ix) fornecer aos cotistas, conforme conteúdo e periodicidade previstos neste Regulamento, atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

(x) firmar os acordos de acionistas nas Companhias Alvo;

(xi) manter a efetiva influência na definição da política estratégicae na gestão da Companhia Alvo, nos termos do disposto no § 1º do art.5º, e assegurar as práticas de governança referidas no art. 8º, ambosdo Anexo Normativo IV;

(xii) diligenciar para que sejam mantidos atualizados e em perfeitaordem, às suas expensas, os livros de atas de reuniões dos conselhos consultivos, comitês técnicos e de investimentos, se houver.

Parágrafo Primeiro - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista no inciso (viii) do Artigo 7º acima, os Prestadores de Serviços Essenciais podem submeter a questão à prévia apreciação daAssembleia de Cotistas, tendo em conta os interesses da Classe e dos demais cotistas, assim como eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Alvo nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Parágrafo Segundo - Caso o Gestor contrate parte relacionada aPrestador de

Serviço Essencial para o exercício da função de formadorde mercado, a contratação deve ser submetida à aprovação prévia da Assembleia de Cotistas, nos termos do § 2º do art. 85 da Parte Geral da Resolução CVM nº 175.

Parágrafo Terceiro - As atividades descritas nos itens “a” e “b” do inciso do Artigo 7º acima podem ser prestadas pelo Gestor e/ou pelo Administrador, observada a regulamentação aplicável às referidas atividades.

Parágrafo Quarto - Os serviços que tratam os itens “c” a “f” do inciso (i)do Artigo 7º acima somente são de contratação obrigatória pelo Gestor.

Parágrafo Quinto - Nos casos de contratação de cogestor, o contrato deve definir claramente as atribuições de cada gestor, o que inclui, no mínimo, o mercado específico de atuação de cada gestor e a classe ou classes de cotas objeto da cogestão.

Parágrafo Sexto - O Gestor pode contratar outros serviços em benefícioda Classe, que não estejam listados nos itens do inciso (i) do Artigo 7ºacima, observado que, nesse caso, (i) a contratação não ocorre em nome do Fundo, salvo previsão no Regulamento ou aprovação em Assembleia de Cotistas; e (ii) caso o prestador de serviço contratado não seja um participante de mercado regulado pela CVM ou o serviço prestado ao Fundo não se encontre dentro da esfera de atuação da referida autarquia, o Gestor deve fiscalizar as atividades do terceiro contratado relacionadas ao Fundo.

Parágrafo Sétimo - Compete ao Gestor negociar os ativos da carteira, bem como firmar, quando for o caso, todo e qualquer contrato ou documento relativo à negociação de tais ativos, qualquer que seja a suanatureza, representando a Classe para essa finalidade.

Parágrafo Oitavo - O Gestor deve encaminhar ao Administrador, nos 5 (cinco) Dias Úteis subsequentes à sua assinatura, uma cópia de cada documento que firmar em nome da Classe.

Parágrafo Nono - As ordens de compra e venda de ativos devem sempreser expedidas pelo Gestor com a identificação precisa do Fundo e, se for o caso, da Classe em nome da qual devem ser executadas.

Parágrafo Décimo – O Gestor compromete-se e obriga-se a cumprir todas e

quaisquer disposições previstas em eventuais instrumentos de acordos celebrados entre os Cotistas do Fundo durante todo o período de sua vigência. O Fundo e o Gestor não registrarão, consentirão ou ratificarão, qualquer voto ou aprovação dos Cotistas, ou realizarão ou deixarão de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições do referido acordo entre cotistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos Cotistas signatários do referido acordo.

Vedações

Artigo 8º. É vedado aos Prestadores de Serviços Essenciais, em suas respectivas esferas de atuação, a prática dos seguintes atos em nome do Fundo, em relação à Classe:

(i) receber depósito em conta corrente própria;

(ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto nos termos dos artigos 113, inciso V, e 122, inciso II, alínea "a", item 3 da Resolução CVM nº 175, ou, ainda, nas modalidades permitidas pela CVM e para fazer frente ao inadimplemento de cotistas que deixem de integralizar as suas cotas subscritas;

(iii) garantir rendimento predeterminado aos Cotistas;

(iv) vender Cotas a prestação, sem prejuízo da possibilidade de integralização a prazo de cotas subscritas;

(v) utilizar recursos do Fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de cotistas; e

(vi) praticar qualquer ato de liberalidade.

Parágrafo Primeiro - A contratação de empréstimos referida no inciso (ii), só poderá ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de Compromisso de Investimento previamente assumido pela Classe ou para garantir a continuidade de suas operações.

Parágrafo Segundo - O Gestor pode tomar e dar ativos financeiros em empréstimo, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente por meio de serviço autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

Parágrafo Terceiro - É vedado ao gestor e, se houver, ao consultor o recebimento de qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente, que potencialmente prejudique sua independência natomada de decisão ou, no caso do consultor, sugestão de investimento.

Parágrafo Quarto - É vedado o repasse de informação relevante ainda não divulgada a que se tenha tido acesso em razão de cargo ou posiçãoque ocupe em prestador de serviço do Fundo ou em razão de relação comercial, profissional ou de confiança com prestadores de serviço do Fundo.

Parágrafo Quinto - Os Prestadores de Serviços Essenciais, o Custodiantee os demais prestadores de serviço contratados respondem perante a CVM (conforme definidos no Anexo da Classe), os Cotistas e quaisquer terceiros, na esfera de suas respectivas competências, sem solidariedade entre si ou com o Fundo, por seus próprios atos e omissõescontrários à lei, ao presente Regulamento ou às disposições regulamentares aplicáveis, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses expressamente previstas na Resolução CVM nº175, bem como naquelas eventualmente previstas neste Regulamento.

Parágrafo Sexto - A aferição de responsabilidades dos prestadores de serviços tem como parâmetros as obrigações previstas na Resolução CVM nº 175 e em regulamentações específicas, assim como aquelas previstas neste Regulamento e no respectivo contrato de prestação de serviços.

CAPÍTULO III - DA REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOSESSENCIAIS

Artigo 9º. Como remuneração aos serviços de administração fiduciária, e escrituração de Cotas e controladoria, é devido pela Classe ao Administrador a remuneração prevista no Anexo I ao presente Regulamento.

Artigo 10º. Pelo serviço de gestão da carteira dos ativos que compõem a sua carteira, a Classe pagará ao Gestor a remuneração prevista no Anexo Ideste Regulamento.

Artigo 11º. A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão não incluem os valores correspondentes às taxas, remuneração dos prestadores de serviços e demais

encargos incidentes sobre os fundos de investimento investidosque (i) tenham suas cotas admitidas à negociação em mercado organizado; e (ii) sejam geridos por partes não relacionadas ao Gestor e/ou administrados por partes não relacionadas ao Administrador, osquais também podem cobrar taxa de ingresso, saída e/ou performance, conforme seus respectivos regulamentos. Os demais fundos terão suas taxas de administração e taxa de gestão incorporadas nas taxas máximas da Classe ou de cada Subclasse indicadas no Anexo I desteRegulamento.

Artigo 12º. Observado o disposto no Artigo abaixo, o Administrador e o Gestor podem estabelecer que parcelas de Taxa de Administração ou da Taxa de Gestão, respectivamente, sejam pagas diretamente aos prestadoresde serviços contratados, observado que o somatório dessas parcelas não pode exceder o montante total da Taxa de Administração ou da Taxa de Gestão, conforme o caso.

CAPÍTULO IV - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 13º. Constituem encargos do **Fundo** as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente ou da Classe, sem prejuízo de outrasdespesas previstas na regulamentação vigente:

(i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo e/ou da Classe;

(ii) despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas neste Regulamento e na Resolução CVM nº 175;

(iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo e/ou da Classe, inclusive comunicações aos Cotistas, ressalvadas as correspondências por meio físico quando permitidas por esteRegulamento e solicitadas pelo próprio Cotista;

(iv) honorários e despesas relativas à contratação deu auditor independente e da agência de classificação de risco, conforme o caso;

(v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações da carteira de ativos;

(vi) despesas com a manutenção dos ativos cuja propriedadedecorra de execução de garantia ou de acordo com devedor;

(vii) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo e/ou da Classe, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenaçãoimputada, se for o caso;

(viii) gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos da carteira, assim como a parcela de prejuízos da carteira nãocoberta por apólices de seguro, salvo se decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços no exercício de suasrespectivas funções;

(ix) despesas relacionadas ao exercício de direito de voto decorrente dos ativos da carteira;

(x) despesas com a realização de Assembleias de Cotistas;

(xi) despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão,transformação ou Liquidação da Classe;

(xii) despesas com liquidação, registro e custódia de operações comativos da carteira;

(xiii) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operaçõesda carteira de ativos;

(xiv) distribuição primária das Cotas;

(xv) admissão das Cotas à negociação em mercado organizado;

(xvi) royalties devidos pelo licenciamento de índices de referência, desde que cobrados de acordo com contrato estabelecido entre o Administrador e a instituição que detém os direitos sobre o respectivo índice;

(xvii) Taxa de Administração e Taxa de Gestão;

(xviii) montantes devidos a fundos de investimento investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na Taxa de Administração, Taxa de Gestão ou taxa de performance, observado o disposto no art. 99 da parte geral da Resolução CVM nº 175;

(xix) taxa máxima de distribuição das Cotas;

(xx) despesas relacionadas ao serviço de formação de mercado das Cotas;

(xxi) despesas decorrentes de empréstimos contraídos em nome daClasse, desde que acordo com as disposições regulatórias aplicáveis;

(xxii) taxa de performance; e

(xxiii) taxa máxima de custódia;

Artigo 14º. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo e não autorizadas em Assembleia Geral de Cotistas correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado.

CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 15º. Compete privativamente à Assembleia de Cotistas, seja em Assembleia Geral ou em Assembleia Especial, conforme o caso deliberar sobre:

(i) as demonstrações contábeis do Fundo e/ou da Classe em, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encaminhamento das demonstrações contábeis à CVM, contendo relatório do auditor independente;

(ii) a substituição de qualquer Prestador de Serviço Essencial;

(iii) a emissão de novas cotas, na classe fechada, hipótese na qualdeve definir se os cotistas possuirão direito de preferência na subscriçãodas novas cotas, sem prejuízo do disposto no art. 48, § 2º, inciso VII da Resolução CVM nº 175;

(iv) a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial, a transformação ou a Liquidação do Fundo e/ou da Classe;

(v) a alteração deste Regulamento, incluindo seus Anexos, ressalvado o disposto no art. 52 da Resolução CVM nº 175 e o dispostono Parágrafo Primeiro abaixo;

(vi) o plano de resolução de Patrimônio Líquido negativo e/ou o respectivo pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, casoa Classe possua limitação de responsabilidade dos Cotistas;

(vii) a prorrogação do prazo de duração do Fundo;

(viii) o requerimento de informações por parte de Cotistas, observado o § 1º do art. 26 do Anexo Normativo IV;

(ix) a aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre a Classe e seu Administrador ou Gestor e entre a Classe e qualquer cotista ou grupo de cotistas que detenham mais de 10% (dez por cento) das cotas subscritas, sem prejuízo do disposto noart. 78, § 2º, da Parte Geral da Resolução CVM nº 175;

(x) o pagamento de encargos não previstos no art. 117 da Parte Geral da Resolução CVM nº 175 e no art. 28 do Anexo Normativo IV;

(xi) a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de cotas de que trata o Artigo 20, § 6º, doAnexo Normativo IV;

(xii) a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma decoobrigação e de garantias reais, em nome do Fundo;

(xiii) a aplicação de recursos em sociedades nas quais participem (a) o Administrador, o Gestor e Cotistas titulares de Cotasrepresentativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do Fundo e/ou da Classe, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capitalsocial votante ou total; (b) quaisquer pessoas mencionadas no inciso (a) que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem

subscritos, inclusive na condição de agente de colocação, coordenaçãoou garantidor da emissão ou façam parte de conselhos deadministração, consultivo ou fiscal da sociedade a ser investida, antes do primeiro investimento por parte da Classe;

(xiv) a realização de operações em que a Classe figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea (a) do inciso (xiii) acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários geridos por Prestador de Serviço Essencial,

(xv) observada a exceção prevista no parágrafo 2º do Artigo 27 do Anexo Normativo IV;

(xvi) a Amortização de Cotas, exceto as amortizações programadas conforme Apêndice A;

(xvii) a dispensa da aplicação de multas e sanções sobre os Cotistasque realizarem a subscrição e não integralização de cotas; e

(xviii) o cancelamento das cotas subscritas e não integralizadas, a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro - Este Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia de Cotistas, sempre que tal alteração:

(i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados em que as Cotas sejam admitidas à negociação ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM;

(ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastraisde prestadores de serviços da Classe, tais como a alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; ou

(iii) envolver redução de taxa devida a prestador de serviços.

Parágrafo Segundo - As alterações do Regulamento relativas à matériasde

interesse comum a todos os Cotistas será deliberada em AssembleiaGeral de Cotistas.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo das competências privativas acima descritas, os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Cotistas a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 16º. A convocação da Assembleia de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização. Nos casosem que houver contratação de distribuidor e subscrição de Cotas por conta e ordem, tal prazo mínimo será de 15 (quinze) dias, nos termos previstos nas disposições regulatórias aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembleia de Cotistas será encaminhada a cada Cotista por meio de seu correio eletrônico cadastrado junto ao Administrador ou ao distribuidor contratado pela Classe, se aplicável, e disponibilizada na página do Administrador e do Gestor na rede mundial de computadores. Das convocações constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleiade Cotistas e, ainda, todas as matérias a serem deliberadas, bem comoo endereço eletrônico na rede mundial de computadores em que os Cotistas podem acessar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da Assembleia de Cotistas.

Parágrafo Segundo - As Assembleias de Cotistas poderão ser convocadas pelos Prestadores de Serviços Essenciais, pelo Custodiante e por Cotista ou grupo de Cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas pela Classe.

Parágrafo Terceiro - Independentemente de quem a tenha convocado, os representantes dos Prestadores de Serviços Essenciais deverãocomparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Quarto - A presença da totalidade dos Cotistas da Classe na Assembleia de Cotistas supre a falta de convocação.

Artigo 17º. As Assembleias de Cotistas poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio parcialmente eletrônico ou por meio de consulta formal,

conforme orientações constantes da convocação, observado que, no caso de consulta formal, estará dispensada a reunião dos Cotistas.

Artigo 18º. A Assembleia de Cotistas se instala com a presença de qualquer número de Cotistas.

Artigo 19º. As deliberações da Assembleia de Cotistas são tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas as matérias previstas nos incisos (i) a (v), (ix), (x), (xi), (xiii), (xiv) do Artigo 15º acima, que dependerão do voto favorável de Cotista representando a maioria absoluta das Cotas subscritas, e no inciso (xii) também do Artigo 15º, que dependerá do voto favorável de no mínimo 2/3 das Cotas subscritas.

Parágrafo Primeiro - Nas deliberações das Assembleias Gerais de Cotistas, a cada Cota será atribuído o direito a um voto.

Parágrafo Segundo - Os Cotistas poderão votar por meio de envio de comunicação eletrônica, mediante meio eletrônico a ser disponibilizado pelo Administrador, desde que os votos sejam recebidos até o Dia Útil imediatamente anterior à data de realização da Assembleia de Cotistas,para fins de cômputo.

Parágrafo Terceiro - As deliberações privativas da Assembleia de Cotistas podem ser adotadas por meio do processo de consulta formalizada via e-mail, dirigida pelo Administrador aos Cotistas, cujo prazo de resposta será de até 10 (dez) Dias Úteis contados do envio daconsulta, devendo constar da consulta todos os elementos informativosnecessários ao exercício do direito de voto. A ausência de resposta por parte de qualquer Cotistas será considerada abstenção.

Parágrafo Quarto - Somente podem votar nas Assembleias de Cotistas os Cotistas inscritos no registro de Cotistas na data da convocação, seus representantes legais e/ou procuradores legalmente constituídos, sendocerto que os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as cotassubscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da assembleia não têm direito a voto sobre a respectiva parcela subscrita e não integralizada, podendo o regulamento impor penalidades adicionais, incluindo o impedimento a voto sobre a totalidade das cotasintegralizadas.

Parágrafo Quinto - Quando a Classe for destinada exclusivamente a investidores profissionais, será permitido o voto: (i) de prestador de serviço, essencial ou não; (ii) dos sócios, diretores e empregados do prestador de serviço; (iii) de partes relacionadas ao prestador deserviço, seus sócios, diretores e empregados; (iv) de Cotista que tenhainteresse conflitante com o Fundo e/ou a Classe; e (v) de Cotista, na hipótese de deliberação relativa a laudos de avaliação de bens de sua propriedade.

CAPÍTULO VI - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 20º. As demonstrações contábeis do Fundo e/ou da Classe terão escrituração contábil própria, devendo as suas contas e demonstraçõescontábeis ser segregadas entre si, assim como segregadas das demonstrações contábeis dos Prestadores de Serviço Essenciais.

Artigo 21º. As demonstrações contábeis do Fundo e/ou da Classe serão auditadas anualmente por auditor independente., devendo serdivulgadas em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, acompanhadas dos pareceres deauditoria independente.

Parágrafo Primeiro - O Administrador é o responsável pela elaboração edivulgação das demonstrações contábeis, devendo definir a classificaçãocontábil da Classe entre entidade ou não de investimento e efetuar o adequado reconhecimento, mensuração e divulgação do valor dos investimentos, conforme previsto na regulamentação aplicável.

Parágrafo Segundo - O administrador, sem se eximir de suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis, pode utilizar informações de terceiros, para efetuar a classificação contábil daclasse de cotas ou, ainda, para determinar o valor justo dos seus investimentos.

Artigo 22º. A auditoria das demonstrações contábeis não é obrigatória para o Fundo e a Classe caso estes estejam em atividade há menos de 90 (noventa) dias.

Artigo 23º. Na ocorrência de alteração no valor justo dos investimentos que impacte materialmente o Patrimônio Líquido, e do correspondentereconhecimento contábil dessa alteração, no caso de a Classe

ser qualificada como entidade para investimento, o Administrador deve:

(i) disponibilizar aos Cotistas, em até 5 (cinco) dias úteis após a data do reconhecimento contábil: (a) um relatório, elaborado pelos Prestadores de Serviços Essenciais, com as justificativas para a alteração no valor justo, incluindo um comparativo entre as premissase estimativas utilizadas nas avaliações atual e anterior; e (b) o efeito da nova avaliação sobre o resultado do exercício e Patrimônio Líquido apurado de forma intermediária; e

(ii) elaborar as demonstrações contábeis da Classe para o períodocompreendido entre a data de início do exercício e a respectiva data doreconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração caso: (a) sejam emitidas novas cotas da mesma classe até 10 (dez) meses apóso reconhecimento contábil dos efeitos da nova avaliação; (b) as cotas da mesma classe sejam admitidas à negociação em mercados organizados; ou (c) haja aprovação por maioria das cotas presentes emAssembleia de Cotistas convocada por solicitação dos cotistas da Classecujo Patrimônio Líquido foi reavaliado.

Parágrafo Primeiro - As demonstrações contábeis referidas no inciso (ii)do caput devem ser auditadas por auditores independentes registradosna CVM e enviadas aos cotistas e à CVM em até 90 (noventa) dias apósa data do reconhecimento contábil dos efeitos da nova mensuração.

Parágrafo Segundo - Fica dispensada a elaboração das demonstrações contábeis referidas acima quando estas se encerrarem 2 (dois) meses antes da data de encerramento do exercício social, salvo se houver aprovação dos cotistas reunidos em assembleia, nos termos da alínea “c” do inciso (ii) do Artigo 23º acima.

Artigo 24º. O exercício social do Fundo e da Classe terá duração de 1 (um) ano,encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano, e será auditado aofinal desse prazo, devendo as demonstrações contábeis relativas ao respectivo exercício social serem disponibilizadas à CVM e aprovadas pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro - Os ativos e passivos do Fundo e/ou da Classe, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados com base nosprincípios gerais de contabilidade brasileiros e normas aplicáveis, particularmente aquelas dispostas nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, inclusive para fins de provisionamento depagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos, observado, ainda, o disposto no Anexo III ao presente Regulamento.

Parágrafo Segundo - Os ativos e passivos do Fundo e/ou da Classe, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados de acordo com a metodologia constante no Anexo III ao presente Regulamento.

CAPÍTULO VII - DAS COMUNICAÇÕES

Artigo 25º. O correio eletrônico é admitido como forma de correspondência válidaentre o Administrador e os Cotistas, inclusive para fins de envio de convocação de Assembleia de Cotistas, recebimento de votos emAssembleia de Cotistas, divulgação de fato relevante e de informaçõesda classe de Cotas. Nas hipóteses em que este Regulamento exija “atestado”, “ciência”, “manifestação” ou “concordância” dos Cotistas, admite-se que a manifestação em questão seja realizada por meio eletrônico, observadas as disposições do art. 12 da parte geral da Resolução CVM nº 175.

Artigo 26º. Caso não seja comunicada ao Administrador a atualização do endereço físico ou eletrônico do Cotista, o Administrador fica exoneradodo dever de envio das informações e comunicações previstas neste Regulamento e na Resolução CVM nº 175 a partir da primeira correspondência que houver sido devolvida por incorreção do seuendereço declarado.

Artigo 27º. O Cotista que optar por continuar recebendo correspondências por meio físico deverá encaminhar solicitação expressa neste sentido ao Administrador, no endereço de sua sede, observado que o Cotista solicitante deverá arcar com os custos incorridos para o envio de tais correspondências por meio físico.

Artigo 28º. Os Cotistas poderão obter na sede do Administrador os resultados doFundo e/ou da Classe em exercícios anteriores, bem como outras

informações referentes a exercícios anteriores, tais como demonstrações contábeis, relatórios do Administrador e demais documentos pertinentes que tenham sido divulgados ou elaborados porforça de disposições regulamentares aplicáveis.

Artigo 29º. As informações periódicas e eventuais da classe de Cotas serão disponibilizadas no site do Administrador.

Artigo 30º. O Administrador preservará a correspondência devolvida ou seu registro eletrônico enquanto o Cotista não efetuar o resgate ou amortização total das Cotas de sua titularidade, sem prejuízo do disposto no art. 130 da Resolução CVM nº 175.

CAPÍTULO VIII - DOS FATOS RELEVANTES

Artigo 31º. O Administrador é obrigada a divulgar qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo, da Classe ou aos ativos integrantes da carteira, assim que dele tiver conhecimento, observado que é responsabilidade dos demais prestadores de serviços informar imediatamente ao Administrador sobre os fatos relevantes deque venham a ter conhecimento.

Artigo 32º. Considera-se relevante qualquer fato que possa influir de modo ponderável no valor das Cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, resgatar, alienar ou manter Cotas.

Artigo 33º. Qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento doFundo, da Classe ou aos ativos da carteira deve ser:

(i) comunicado a todos os Cotistas da Classe afetada;

(ii) informado às entidades administradoras de mercados organizados onde as Cotas estejam admitidas à negociação, se for o caso;

(iii) divulgado por meio da página da CVM na rede mundial de computadores; e

(iv) mantido nas páginas dos Prestadores de Serviços Essenciais e,ao menos enquanto houver distribuição de Cotas em curso, do

distribuidor de Cotas na rede mundial de computadores.

Artigo 34º. São considerados exemplos de fatos potencialmente relevantes:

(i) alteração no tratamento tributário conferido ao Fundo, à Classeou aos Cotistas;

(ii) contratação de formador de mercado e/ou o término daprestação desse serviço;

(iii) contratação de agência classificadora de risco, caso nãoestabelecida no Regulamento;

(iv) mudança na classificação de risco atribuída à Classe;

(v) alteração de qualquer dos Prestadores de Serviços Essenciais;

(vi) fusão, incorporação, cisão ou transformação da Classe;

(vii) alteração do mercado organizado em que seja admitida anegociação de cotas;

(viii) cancelamento da admissão das cotas à negociação emmercado organizado; e

(ix) emissão de Cotas.

Artigo 35º. Ressalvado o disposto no parágrafo único, os fatos relevantes podem,excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o Gestor e o Administrador, em conjunto, entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo do Fundo, da classe de cotas ou dos cotistas.

Parágrafo Único - O Administrador fica obrigado a divulgar imediatamente fato relevante na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de Cotas.

CAPÍTULO IX - DAS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E EVENTUAIS

Artigo 36º. O Administrador e o Gestor, conforme aplicável, são obrigados a prestar e divulgar as informações obrigatórias, periódicas e eventuais, estabelecidas no Capítulo VI da Parte Geral da Resolução CVM nº 175, notadamente as aquelas constantes do Artigo 29 do Anexo Normativo IV, e nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis, dentro dosprazos

estabelecidos.

Artigo 37º. As informações periódicas e eventuais do Fundo e da Classe devem ser divulgadas na página do Fundo, do Administrador ou do Gestor, conforme previsto no regulamento, na rede mundial de computadores,em lugar de destaque e disponível para acesso gratuito do público em geral, assim como mantidas disponíveis para os cotistas.

Artigo 38º. Caso sejam divulgadas a terceiros informações referentes à composição da carteira, a mesma informação deve ser colocada à disposição dos Cotistas na mesma periodicidade, ressalvadas as hipóteses de divulgação de informações aos prestadores de serviços, necessárias para a execução de suas atividades, bem como aos órgãosreguladores, entidades autorreguladoras e entidades de classe, quanto aos seus associados, no atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias por eles formulada.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 39º. Os Anexos constituirão parte integrante e inseparável deste Regulamento e obrigarão integralmente os prestadores de serviço e os Cotistas da Classe.

Parágrafo Único - Em caso de qualquer conflito ou controvérsia entre o Regulamento e o seu Anexo prevalecerão as disposições do Regulamento.

Artigo 40º. Os Cotistas poderão entrar em contato com o Administrador pelo telefone +55 (11) 3815-5944, para que suas solicitações sejam direcionadas às áreas responsáveis. Caso o Cotista não fique satisfeito com a solução apresentada, poderá entrar em contato pelo telefone 0800 930 0930, de segunda a sexta-feira, das 09h às 18h, exceto feriados locais e nacionais. O Cotista pode, ainda, encaminhar correspondência para o seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º Andar – Torre A.

Artigo 41º. As divergências ou eventuais conflitos, litígios, controvérsias, diferenças ou reclamações provenientes ou relacionados a este Regulamento serão dirimidos por arbitragem a ser realizada segundo asdisposições a seguir.

A arbitragem será submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC") de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC(doravante designado o "Regulamento CCBC"). O litígio será decidido por um Tribunal Arbitral de 3 (três) árbitros, escolhidos de acordo como Regulamento CCBC. A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo,Brasil. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem obedecerá ao disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (LeiBrasileira de Arbitragem). As Partes elegem o foro Central da Comarcada Capital do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais oupermanentes, e para a execução da sentença arbitral. O TribunalArbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de 12 (doze) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente. Os honorários dos advogados e demais despesas e custos serão suportados por uma ou por ambas as Partes, como for decidido pelo Tribunal Arbitral. As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquerinformações relacionadas à arbitragem. A sentença arbitral será imediatamente cumprida pelas partes.

(o restante da página foi intencionalmente deixado em branco)

ANEXO I - DESCRITIVO DA CLASSE ÚNICA DE COTAS DO PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA

Este anexo é parte integrante do Regulamento do **PHOENIX FUNDO DEINVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

CAPÍTULO I - DA CLASSE E SUBCLASSES

Artigo 1º. A Classe é uma classe de Cotas, constituída sob o regime fechado, comPrazo de Duração de 20 (vinte) anos, contados da data da primeira integralização da Classe, com 2 (duas) diferentes Subclasses, regidas pelo Regulamento, Anexos e Apêndices, disciplinada pelaResolução CVM nº 175 e seu Anexo Normativo IV, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º. As Subclasses da Classe serão divididas em 02 (duas): (i) as Cotas Seniores, cujos termos e condições estão descritos no Apêndice A deste Anexo I; e (ii) as Cotas Subordinadas, cujos termos e condições estão descritos no Apêndice B deste Anexo I.

Artigo 3º. O público-alvo da Classe são investidores profissionais, conforme definidos no art. 11 da Resolução CVM 30, incluindo, mas não se limitando, as entidades fechadas de previdência complementar, que estão sujeitas à observância das diretrizes dispostas na Resolução CMN 4.994.

CAPÍTULO II - DO OBJETIVO DA CLASSE E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 4º. O objetivo da Classe é proporcionar aos seus Cotistas retornos significativos e valorização do capital investido, no longo prazo, por meio do investimento em ações,debêntures, bônus de subscrição, notas comerciais e ou outros títulose valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissãodas Companhias Alvo, que por sua vez, tem como objetivo a realização de investimentos no segmento de geração de energia elétrica, observada a

política de investimento constantedo Artigo 5º abaixo e a do Artigo 5º do Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175.

Parágrafo Primeiro – As Companhias Alvo devem possuir sólidosfundamentos, excelência de gestão e perspectiva de rentabilidade significativa, para que a Classe possa realizar seus investimentos, participando ativamente no processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Parágrafo Segundo – A Classe pode adquirir direitos creditórios que não estão listados no Artigo 4º acima, desde que sejam emitidos por Companhias Alvo.

Parágrafo Terceiro – Nos termos do artigo 23, §2° da Resolução CMN 4.994, o Gestor deverá manter investimento na Classe correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do capital subscrito e integralizado da Classe.

Parágrafo Quarto - As Cotas detidas pelo Gestor, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Terceiro acima, não conferirão ao Gestor, ou a pessoas e/ou entidades ligadas ao seu respectivo grupo econômico, quaisquer preferências, privilégios ou tratamentos diferenciados de qualquer natureza em relação aos demais Cotistas do Fundo.

Parágrafo Quinto – O Fundo, o Administrador e o Gestor deverão observar, no que couber, as modalidades de investimento, os limites e as vedações estabelecidas na Resolução CMN 4.994. O Fundo, o Administrador e o Gestor deverão alterar e/ou solicitar alterações a este Regulamento em razão de eventuais alterações na Resolução CMN 4.994.

Artigo 5º. As Companhias Alvo objeto de investimento pela Classe deverão seguir, no mínimo, as seguintes práticas de governança corporativa: (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação; (ii) estabelecimento de mandato unificado de 2 (dois) anos para todo o conselho de administração, quando existente; (iii) disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos e valores mobiliários de emissãoda companhia; (iv) adesão à câmara de arbitragem para

resolução deconflitos societários; (v) no caso de obtenção de registro de companhiaaberta categoria A, obrigar-se, perante a Classe investidora, a aderir asegmento especial de entidade administradora de mercado organizadoque assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas nos incisos anteriores; e (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentesregistrados na CVM.

Artigo 6º. A Classe terá a seguinte política de investimento, a ser observada pelos Prestadores de Serviço Essenciais:

(i) A carteira da Classe será composta por, no mínimo, 90% (noventa por cento) de Títulos e Valores Mobiliários das Companhias Alvo; e

(ii) O que não for investido nas Companhias Alvo, poderá ser aplicado em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, sem, entretanto, descaracterizar sua natureza e política de investimento.

Parágrafo Primeiro – Os limites acima não serão aplicáveis até o últimodia útil do 2º (segundo) mês subsequente contado da data inicial estabelecida para a integralização de cada Chamada de Capital dos recursos, no que tange aos recursos aportados em cada um dos eventos de integralização previstos nos Compromissos deInvestimentos.

Parágrafo Segundo – A Classe poderá investir até 100% (cem porcento) de seus recursos em uma única Companhia Alvo.

Parágrafo Terceiro – A Classe poderá deter participação de até 100%(cem por cento) do capital total das Companhias Alvo.

Parágrafo Quarto – A Classe poderá aportar recursos a título de AFACsem Companhias Alvo, desde que:

(i) possua investimento em ações da Companhia Alvo na data darealização do AFAC;

(ii) seja respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do capitalpara a

realização de AFAC;

(iii) seja vedada qualquer forma de arrependimento do AFAC porparte da Classe; e

(iv) o AFAC seja convertido em aumento de capital da CompanhiaAlvo no prazo máximo de 12

Parágrafo Quinto - O limite estabelecido no inciso (i) do Artigo 5º acima, não é aplicável durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido conforme este Regulamento, de cada data inicial estabelecida para cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento.

Parágrafo Sexto - Findo o prazo de aplicação, caso os recursos recebidos em decorrência da Chamada de Capital não tenham sido utilizados nos investimentos previstos neste Regulamento, o Administrador deverá comunicar a CVM imediatamente sobre a ocorrência de eventual desenquadramento, com as devidas justificativas, informando ainda o reenquadramento, quando o mesmoocorrer, devendo, em até 10 (dez) dias úteis contado do término do Prazo de Aplicação:

(i) reenquadrar a carteira de investimentos; ou

(ii) solicitar ao Administrador a devolução dos valores que ultrapassem os limites estabelecidos aos Cotistas que tiverem integralizado Cotas na última Chamada de Capital, na proporção por eles integralizadas, sem nenhum acréscimo ou atualização, a qualquertítulo, no primeiro dia útil do mês calendário imediatamente subsequente à data em que se verificar o desenquadramento.

Parágrafo Sétimo – Cada Chamada de Capital conterá os termos e condições a que cada integralização estará sujeita, devendo os cotistascumpri-los estritamente, observado o disposto no respectivo Compromisso de Investimento. O Administrador, mediante instrução do Gestor com antecedência de 03 (três) dias úteis, deverá realizar Chamadas de Capital por meio do envio de notificação por escrito ou por correio eletrônico, a cada um dos Cotistas,

solicitando a integralização parcial ou total das cotas subscritas pelos cotistas nos termos do Compromisso de Investimento. Cada Chamada de Capital especificará o montante e o prazo para integralização das cotas, que em nenhuma hipótese será inferior a 10 (dez) dias úteis, contados dadata de envio pelo Administrador.

Parágrafo Oitavo – A participação da Classe no processo decisório da Companhia Alvo, de modo cumulativo ou não, das seguintes formas:

(i) pela detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Alvo;

(ii) pela celebração de acordo de acionistas;

(iii) pela celebração de qualquer contrato, acordo, negócio jurídico ou adoção de outro procedimento que assegure efetiva influência na definição da política estratégica e da gestão da Companhia Alvo, especialmente por meio da indicação de membros do conselho de administração; e

(iv) pela detenção de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo Nono – A Classe pode investir nas Companhias Alvo por meiode instrumentos que lhe confiram o direito de adquirir participação societária, independente do momento do efetivo aporte dos recursos, tais como contratos de opção de compra ou subscrição de ações ou cotas, mútuos conversíveis em participação societária ou outros instrumentos ou arranjos contratuais que resultem em aporte decapital ou dívida, conversível ou não.

Parágrafo Décimo – O Gestor exercerá seu poder de voto sempre no melhor interesse da Classe, buscando sempre a valorização dos ativosfinanceiros que integram a carteira da Classe.

Parágrafo Décimo Primeiro – Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador, e pelo Gestor, na implantação da política de investimentos descrita neste Capítulo II, os investimentos da Classe, por sua própria natureza, estarão sujeitos a determinados riscos inerentes aos setores de negócios da

Companhia Alvo, além de aspectos ambientais, técnicos e de licenciamento relacionados, não podendo o Administrador, o Custodiante ou o Gestor, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira, ou por eventuais prejuízos impostos aos Cotistas, exceção àqueles causados por dolo ou culpa. Adicionalmente, os investimentosda Classe estarão sujeitos a riscos dos emitentes dos títulos integrantes da carteira da Classe e a riscos de crédito, de modo geral.

Parágrafo Décimo Segundo – O Administrador, ou o Gestor, no que concerne à gestão dos ativos da Classe, não podem, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira, ou por eventuais prejuízos por ocasião de Liquidação da Classe, salvo em casos de dolo ou culpa.

Parágrafo Décimo Terceiro – Fica dispensada a participação no processo decisório das Companhias Alvo quando: (i) o investimento nacompanhia for reduzido a menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela e inferior a 15%do capital social da investida; ou (ii) o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja aprovação da Assembleia de Cotistas.

Parágrafo Décimo Quarto – O requisito de efetiva influência nadefinição da política estratégica e na gestão das Companhias Alvo de que trata o parágrafo 1º do Artigo 5º da Resolução CVM nº 175 não seaplica ao investimento em Companhias Alvo listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado aomercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que corresponda a até 35% (trinta e cinco por cento) capitalsubscrito da Classe.

Parágrafo Décimo Quinto – É vedada à Classe diretamente a realização de operações com derivativos.

Artigo 7°. A aquisição de valores mobiliários (ou outros bens admitidos pela

regulamentação em vigor) pela Classe poderá ser realizada pelo Gestor a qualquer momento durante o período de investimento de 10 (dez) anos a contar da data da primeira integralização de cotas na Classe, observados os termos e condições estabelecidos por este Regulamento ("Período de Investimentos"). O período de desinvestimento ocorrerá a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos no qual se interromperá todo e qualquer investimento da Classe nas companhias investidas e se dará início a um processo de desinvestimento total da Classe, mediante estudos, análises, estratégias de desinvestimento sob as orientações e conduções do Gestor, que conforme conveniência e oportunidades, busquem proporcionar aos Cotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até o fim do prazo de duração da Classe, ressalvada as exceções expressamente previstas neste Regulamento e na legislação aplicável ("Período de Desinvestimentos").

Parágrafo Único – Durante o Período de Investimentos, poderá ocorrer o desinvestimento parcial, incluindo, mas não se limitando para o pagamento das amortizações programadas, conforme definido no Apêndice A, sendo certo que que tal ação não descaracteriza o Período de Investimentos.

Artigo 8°. Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento da Classe, os Cotistas devem estar cientes de que (i) os ativos componentes da carteira da Classe poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e (ii) a carteira da Classe poderá estar concentrada em ativos de uma ou poucas sociedades, ou apenas em uma sociedade, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tais sociedades, sendo que o desempenho dos investimentos serão alvo de avaliação pelo Gestor com base no valor justo. Para tanto, ao ingressar na Classe, o Cotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do Compromisso de Investimento.

Artigo 9°. O processo decisório para a realização de investimentos e desinvestimentos pelo Gestor compreende as seguintes atividades: (i) análise de potenciais investimentos e o desenvolvimento de hipóteses que apoiem a

tomada de decisões de investimento; (ii) o acompanhamento do processo de due diligence das sociedades que receberão investimentos; (ii) a implementação da estratégia de gestão na alocação de recursos nas sociedades investidas; (iv) a montagem do time que será responsável por essas atividades; e (v) estratégias de investimento visando à geração de valor nas sociedades investidas.

Artigo 10º. A Classe, mediante aprovação prévia pela Assembleia de Cotistas, emdeliberação tomada pela maioria das Cotas subscritas, poderá: (i) promover a aplicação de recursos em Títulos e Valores Mobiliários de emissão das Companhias Alvo nas quais participem: (a) Administrador, Gestor e Cotistas da Classe, ainda que titulares de Cotas representativas de de 5% (cinco por cento) ou mais do Patrimônio Líquido, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital votante ou total; ou (b) quaisquer das pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos, inclusive na condição de agente de colocação, coordenaçãoou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da sociedade a ser investida, antesdo primeiro investimento por parte da Classe; e (ii) realizar operaçõesem que a Classe figure como contraparte das pessoas mencionadas naalínea “a” e “b” do inciso (i) acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados porPrestador de Serviço Essencial.

Parágrafo Primeiro – Tendo em vista o previsto no §1º, art. 23 da Resolução CMN 4.994, o disposto no inciso (i) do *caput* não poderá descaracterizar o Fundo como entidade de investimento, nos termos da Instrução CVM 579, da Resolução CMN 5.111 e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo Segundo - O disposto no inciso (ii) do caput não se aplica quando o Administrador ou Gestor atuarem: (i) como administrador ou gestor de classes investidas ou na condição de contraparte da Classe,com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez da Classe; e (ii) como administrador ou

gestor de classe investida, desdeque expresso em regulamento e quando realizado por meio de fundo que invista, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) em uma única Classe.

CAPÍTULO III - DAS COTAS

Artigo 11º. A Classe será constituída por 2 (duas) Subclasses de Cotas que corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e terão a forma nominativa. Não será constituído patrimônio separado para as Cotas, não havendo afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio da Classe entre as Subclasses de Cotas.

Parágrafo Primeiro – As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas da Classe, que tenham sido emitidas e estejam em circulação, observadas as normas contábeis aplicáveis à Classe. Embora as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas tenham o mesmo valor, as Cotas Seniores têm prioridade de uma remuneração mínima em relação às Cotas Subordinadas, conforme estabelecida no Apêndice A, por ocasião da Distribuição de Resultados, Amortização, resgate e liquidação do Fundo.

Parágrafo Segundo - O valor do Patrimônio Líquido será equivalente à diferença entre o valor da totalidade dos Títulos e Valores Mobiliários edos Outros Ativos integrantes da Carteira e a totalidade dos passivos não considerados na apuração do valor de referidos Títulos e Valores Mobiliários e Outros Ativos.

Parágrafo Terceiro - O valor do Patrimônio Líquido será calculado diariamente pelo Administrador, levando-se em consideração os critérios determinados acima.

Parágrafo Quarto – O valor do Patrimônio Líquido representado por Títulos e Valores Mobiliários sem cotação em bolsa de valores poderá ser atualizado de tempos em tempos, que poderá utilizar metodologia própria para reavaliação

ou recomendar a contratação, pela Classe, de empresa especializada independente para promover tal reavaliação.

Artigo 12º. As Cotas da Classe terão as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

Parágrafo Primeiro. São as características das Cotas Seniores, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento:

(a) prioridade de Distribuição de Resultados em relação às Cotas Subordinadas;

(b) prioridade quanto à Amortização, resgate e liquidação em relação às Cotas Subordinadas;

(c) observado o disposto no § 6º do art. 5º e no § 4º do art. 76 da Resolução CVM nº 175, a aprovação das seguintes matérias dependerá do voto favorável dos titulares da maioria das Cotas Seniores, subscritas e integralizadas, reunidos em separado em Assembleia Especial de Cotistas da referida Subclasse: (i) alteração das características e direitos das Cotas Seniores, conforme previstos no Regulamento, no Anexo I e no Apêndice A; (ii) aprovação das demonstrações contábeis da Classe e do Fundo; (iii) alteração da Política de Investimento; e (iv) alteração dos subitens desta Cláusula;

(d) direito de voto nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e

(e) somente as Cotas Seniores possuem metas de rentabilidade definidas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. São as características das Cotas Subordinadas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento:

(a) subordinam-se às Cotas Seniores para efeitos de Distribuição de Resultados, Amortização, resgate e liquidação; e

(b) direito de voto nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 13º. A propriedade das Cotas presumir-se-á por extrato de conta dedepósito, aberta em nome de cada Cotista junto ao Custodiante, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados afuncionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

Parágrafo Único – Quando as Cotas do Fundo estiverem eletronicamente custodiadas na B3, titularidade das Cotas será comprovada por extrato emitido pela B3, enquanto estiverem eletronicamente custodiadas na B3 e adicionalmente por extrato emitido pelo Escriturador, com base nas informações prestadas pela B3**.**

Artigo 14º. Ressalvada a possibilidade de subscrição pelos próprios Cotistas das Cotas Seniores, não serão aprovadas novas emissões de cotas com prioridades em relação às Cotas Seniores.

Artigo 15º.De acordo com a proporção do número de Cotas que possuírem, os demais Cotistas terão preferência para a subscrição de novas Cotas, observado eventual acordo que venha a ser celebrado entre os Cotistas da Classe e do qual tenha sido dada ciência ao Administrador.

Artigo 16º. O valor unitário das novas Cotas e o seu respectivo preço de emissãodeverão ser fixados de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos Cotistas da Classe, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas Cotas, tesndo em vista: (i) o valor do Patrimônio Líquido apurado em balancete no último dia do mês anterior ao da emissão em questão ou (ii) as perspectivas de todas as empresas e fundos cujos Títulos e Valores Mobiliários integrema carteira da Classe e no estado dos negócios por elas explorados.

CAPÍTULO IV - DA EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DASCOTAS

Artigo 17º. A data limite para o encerramento das captações de emissão de Cotas da Classe, será de até 180 (cento e oitenta dias), contado da divulgação do anúncio de início da oferta.

Parágrafo Único – Não poderá ser iniciada nova distribuição de Cotas antes de totalmente subscrita ou cancelado o saldo remanescente da distribuição anterior.

Artigo 18º. Não haverá a cobrança de taxa de ingresso e saída da Classe.

Artigo 19º. A totalidade das Cotas subscritas e integralizadas da primeira emissão e segunda emissão serão convertidas em Cotas Subordinadas, conforme características descritas no Apêndice B.

Parágrafo Primeiro –Emissões de novas cotas da Classe, somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia de Cotistas e registro da oferta de distribuição na CVM.

Parágrafo Segundo – A assinatura pelo investidor do respectivo Boletimde Subscrição e do respectivo Compromisso de Investimento constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições deste Regulamento.

Parágrafo Terceiro – As Cotas serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição, ou a prazo, em atendimento às respectivas Chamadas de Capital, em moeda corrente nacional, por um dos seguintes meios: (i) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3; (ii) transferência eletrônica disponível - TED do respectivo valor para a conta corrente da Classe aser indicada pelo Administrador; ou (iii) outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN e aprovado pelo Administrador**.**

Parágrafo Quarto – As Cotas poderão ser integralizadas através da entrega de

Títulos e Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo,conforme aprovação da Assembleia de Cotistas, ou do Administrador, caso tal integralização ocorra na primeira data de integralização de Cotas, sendo que, na hipótese de Títulos e Valores Mobiliários sem cotação de mercado, os critérios para avaliação de tais ativos deverão ser fixados pela Assembleia de Cotistas, ou pelo Administrador, caso tal integralização ocorra na primeira data de integralização de Cotas, observados os parâmetros estabelecidos no Anexo III do Regulamento.

Parágrafo Quinto – O Cotista que não fizer o pagamento nas condições aqui previstas, e/ou nos respectivos Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado a partir da data indicada na Chamada de Capital para integralização, pela variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento)ao ano, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito corrigido, cujo montante será revertido em favor da Classe. Verificada a mora do Cotista, o Administrador deverá convocar Assembleia de Cotistas, para que seja deliberado: (i) promover contrao Cotista inadimplente cobrança extrajudicial das importâncias devidas; (ii) promover contra o Cotista inadimplente processo de execução para cobrar as importancias devidas, servindo o Boletim de Subscrição, Compromisso de Investimento e o aviso de Chamada de Capital como título executiv extrajudicial nos termos do Código de Processo Civil; ou (iii) aprovar eventual dispensa da aplicação das penalidades previstas neste artigo.

Parágrafo Sexto – O Cotista inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar à Classe, nos termos do parágrafo acima, bem como terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleia Geral e recebimento de ganhos e rendimentos) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de Liquidação da Classe, o que ocorrer primeiro. Caso o Cotista inadimplente venha a cumprir com as suas obrigações após a suspensão dos seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referias no parágrafoacima, o Cotista inadimplente passará a ser novamente elegível ao

recebimento de ganhos e rendimentos da Classe, aos seus direitos políticos, conforme previsto neste Regulamento. Será havida como nãoescrita, relativamente a Classe, qualquer estipulação do Boletim de Subscrição que exclua ou limite o exercício das opções previstas nessee no parágrafo antecedente.

Parágrafo Sétimo – As Cotas subscritas e não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data indicada pelo Administrador para sua subscrição e integralização, em cada Chamada de Capital, observados os termos e condições aqui previstos e/ou nos respectivos Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento, serão automaticamente canceladas.

CAPÍTULO V - DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÕES

Artigo 20º. Durante o Prazo de Duração, os recursos provenientes da alienaçãodos Títulos e Valores Mobiliários, deduzidos os compromissos presentese futuros da Classe, assim como quaisquer valores recebidos pela Classe em decorrência de seus investimentos nas Companhias Alvo, poderão ser distribuídos aos Cotistas a título de Amortização, resgate ou Distribuição de Resultados, na forma descrita no Regulamento e nos Apêndice A e Apêndice B deste Anexo.

Parágrafo Primeiro – O Administrador poderá reter uma parcela dos recursos oriundos da liquidação de Títulos e Valores Mobiliários integrantes da carteira da Classe correspondente ao valor dos encargose despesas da Classe que estejam em aberto nas respectivas datas dopagamento à Classe.

Parágrafo Segundo – Qualquer Amortização ocorrerá com observância da prioridade estabelecida no Apêndice A e Apêndice B deste Anexo e serão pagas aos Cotistas em até 4 (quatro) dias corridos, contados da data da aprovação da Amortizaçãopela Assembleia de Cotistas , quando for o caso.

Parágrafo Terceiro – A Distribuição de Resultados, incluindo o pagamento de juros sobre capital próprio ou os dividendos das ações da Companhia Alvo, que

componham a Carteira, devidos à Classe, serão distribuídos diretamente aos Cotistas, com observância da prioridade estabelecida no Apêndice A e Apêndice B deste Anexo, e não serão incorporados ao patrimônio da Classe, exceto se deliberado de forma diversa pelos Cotistas Seniores, reunidos em Assembleia Especial de Cotistas.

Parágrafo Quarto – Sem prejuízo das demais disposições deste CapítuloV, ressalvada deliberação devidamente aprovada pelas Cotas Seniores em Assembleia Especial de Cotistas, o Administrador não poderá amortizar Cotas Seniores com ativos da Classe.

CAPÍTULO VI – DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 21º. As Cotas poderão ser transferidas, observadas as condições descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo Cotista cedente e pelo cessionário, sendo que as Cotas da Classe somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todasas obrigações deste perante a Classe no tocante à sua integralização.

Parágrafo Primeiro – Os Cotistas deverão enviar ao Administrador os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Cotas da Classe, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Cotasadquiridas, como condição da transferência destas.

Parágrafo Segundo – A transferência de titularidade das Cotas fica condicionada à verificação, pelo Administrador ou por instituição intermediária, em caso de distribuição por conta e ordem, do atendimento das formalidades estabelecidas neste Regulamento eAnexo, na Resolução CVM nº 175 e nas demais disposições legais e regulatórias aplicáveis, incluindo, sem limitação, a adequação do investidor à condição de investidor profissional.

CAPÍTULO VII – DA RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS

Artigo 22º. Cotas limita a responsabilidade dos Cotistas ao valor das Cotas subscritas. Os investidores não poderão ser chamados a cobrirem eventual Patrimônio Líquido negativo da Classe, nos termos das disposições legais e regulatórias vigentes.

CAPÍTULO VIII – DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO

Custodiante

Artigo 23º. Os serviços de custódia, controladoria e escrituração das Cotas serãoprestados pelo Administrador.

CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO PRESTADORES DE SERVIÇO

Taxa de Administração

Artigo 24º. Pelos serviços de administração fiduciária, custódia, distribuição e escrituração de Cotas e controladoria, é devida pela Classe ao Administrador uma Taxa de Administração equivalente a uma remuneração fixa mensal de 0,15% (quinze centésimos por cento) aoano sobre o Patrimônio Líquido, a ser pago mensalmente, por período vencido da data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas daClasse, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestaçãodo serviço, assegurado um valor mínimo mensal de R$ 9.000,00 (novemil reais), sendo que este valor será atualizado pelo Índice Geral de Produtos ao Mercado-IGP-M, divulgado pela Faculdade Getúlio Vargas-FGV, a cada 12 (doze) meses, contados do início de funcionamento da Classe.

Parágrafo Primeiro – A Taxa de Administração será apropriada diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), com base no Patrimônio

Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Parágrafo Segundo – A Taxa de Administração, será paga mensalmentepela Classe diretamente ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil domês subsequente ao mês da prestação dos serviços, sendo que a primeira Taxa de Administração devida será paga até o quinto Dia Útil do mês subsequente ao mês da primeira integralização de Cotas e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

Parágrafo Terceiro – O Administrador pode estabelecer que parcelas deTaxa de Administração sejam pagas diretamente aos eventuais prestadores de serviços por ele contratados, observado que o somatório dessas parcelas não pode exceder o montante total da Taxade Administração.

Taxa de Gestão

Artigo 25º. Pelo serviço de gestão da carteira da Classe, é devida pela Classe aoGestor uma Taxa de Gestão equivalente a uma remuneração fixa mensal de 0,15% (setenta centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido, a ser pago mensalmente, por período vencido da data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas da Classe, atéo 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, assegurado um valor mínimo mensal de R$ 9.000,00 (nove mil reais),sendo que este valor será atualizado pelo Índice Geral de Produtos aoMercado-IGP-M, divulgado pela Faculdade Getúlio Vargas-FGV, a cada12 (doze) meses, contados do início de funcionamento da Classe.

Parágrafo Primeiro – A Taxa de Gestão será apropriada diariamente, àbase de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Parágrafo Segundo – A Taxa de Gestão, será paga mensalmente pela Classe diretamente ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mêssubsequente ao mês da prestação dos serviços, sendo que a primeira Taxa de Administração

devida será paga até o quinto Dia Útil do mês subsequente ao mês da primeira integralização de Cotas e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

Parágrafo Terceiro – O Gestor pode estabelecer que parcelas de Taxa de Gestão e sejam pagas diretamente aos eventuais prestadores de serviços por ele contratados, observado que o somatório dessasparcelas não pode exceder o montante total da Taxa de Gestão.

Taxa Máxima de Custódia

Artigo 26º. A taxa máxima de custódia, recebida pelos serviços indicados no caput deste artigo, a ser paga pela Classe ao Custodiante é de 0,01%(um centésimo por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido e será calculada e provisionada diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) por Dia Útil, sobre o Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, sendo a taxa máxima de R$ 1.000,00 (hum mil reais) por mês.

CAPÍTULO X - DOS ENCARGOS DA CLASSE

Artigo 27º. Em acréscimo aos encargos dispostos na parte geral do presente Regulamento constituem encargos da Classe as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

(i) Taxa Máxima de Custódia;

(ii) encargos com empréstimos contraídos em nome da Classe;

(iii) prêmios de seguro;

(iv) contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, conforme o caso, dentro de limites estabelecidos pelo Regulamento.

CAPÍTULO XI - DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 28º. Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas até a liquidação integral das obrigações da Classe, os recursos disponíveis serão utilizados para atender às exigibilidades da Classe, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

(i) constituição da Reserva de Liquidez;

(ii) despesas e encargos da Classe incorridos e não pagos;

(iii) realização de investimentos;

(iv) Distribuição de Resultados, Amortização, resgates e liquidação das Cotas Seniores;

(v) Distribuição de Resultados, Amortização, resgates e liquidação das Cotas Subirdinadas; e

(vi) e demais transferência de recursos pela Classe.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de Liquidação Antecipada da Classe, os recursos decorrentes da integralização das Cotas integrantes da carteira serão alocados na seguinte ordem:

(i) pagamento dos encargos da Classe;

(ii) Distribuição de Resultados, Amortização e resgate das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento, Anexo e Apêndices; e

(iii) Distribuição de Resultados, Amortização e resgate das Cotas Subordinadas em circulação, observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento, Anexo e Apêndices.

CAPÍTULO XII - DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS SENIORES

Artigo 29º. Aplicam-se à Assembleia Especial de Cotistas Seniores os

mesmos procedimentos previstos na parte geral deste Regulamento para a Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 30º. Compete privativamente à Assembleia Especial de Cotistas titulares das Cotas Seniores deliberar sobre:

(i) as demonstrações contábeis da Classe em, no mínimo, 15 (quinze) dias após estarem disponíveis aos Cotistas, contendo parecerdo auditor independente;

(ii) a substituição dos Prestadores de Serviços Essenciais;

(iii) elevação da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão e/ou da taxa de performance, inclusive nas hipóteses de reestabelecimentode tais taxas que tenham sido objeto de redução;

(iv) a fusão, a incorporação, a cisão (total ou parcial), a transformação ou a Liquidação da Classe;

(v) a emissão de novas cotas;

(vi) alteração das características, vantagens e direitos das Cotas;

(vii) o plano de resolução de Patrimônio Líquido negativo e/ou o respectivo pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, casoa Classe possua limitação de responsabilidade dos Cotistas;

(viii) alteração na política de investimento;

(ix) a prorrogação do Prazo de Duração;

(x) alterar o Período de Investimento e/ou o Período de Desinvestimento;

(xi) alteração dos Eventos de Liquidação e das consequências deles decorrentes.

Parágrafo Único – As matérias acima estão sujeitas à aprovação prévia na Assembleia Especial de Cotistas titulares das Cotas Seniores, para que possam ser deliberadas nas Assembleias Gerais de Cotistas.

CAPÍTULO XIV - DO CONFLITO DE INTERESSES

Artigo 31º. O Administrador e o Gestor deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial conflito de interesses, submeter sua resolução àaprovação da Assembleia de Cotistas.

Parágrafo Primeiro – O Administrador e o Gestor se comprometem a levar ao conhecimento da Assembleia de Cotistas toda e qualquer operação e situação verificada em oportunidades de investimentos quepossam ser caracterizadas como de potencial conflito de interesses.

Parágrafo Segundo – As Partes se comprometem a, sempre quesurgirem situações de conflito em suas relações com a Classe, com a Companhia Alvo ou com suas subsidiárias e controladas, comunicar às outras Partes a existência e a natureza do conflito e a se absterem de votar, observando-se ainda acordo que venha a ser celebrado entre osCotistas da Classe.

CAPÍTULO XV – DA RESERVA DE LIQUIDEZ

Artigo 32º. Observada a ordem de alocação de recursos aqui definida e a Política de Investimento, o Administrador envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma reserva de caixa (“Reserva de Liquidez”),com valor equivalente a pelo menos 6 (seis) meses de Encargos do Fundo e Encargos da Classe, das despesas relativas à manutenção e despesas ordinárias da Classe.

Parágrafo Primeiro – Sempre que for verificada a insuficiência da Reserva de Liquidez, o Administrador realizará a Chamada de Capital junto aos Cotistas da Classe para a integralização das Cotas subscritase que ainda não tenham sido integralizadas;

Parágrafo Segundo – Caso os Compromissos de Investimentos e respectivos Boletins de Subscrição não apresentem mais saldo a integralizar e a Classe precise de recursos única e exclusivamente destinados ao pagamento de

encargos e despesas da Classe conformedescritos na regulamentação vigente bem como expressos no Regulamento, o Administrador está autorizado a realizar uma emissãode “Cotas Previamente Autorizadas” sem a necessidade de aprovação em assembleia geral de cotistas, em valor suficiente para suportar despesas e encargos da Classe pelo período máximo e mínimo de 1 anoe ainda limitado ao Valor máximo de emissão de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

Parágrafo Terceiro – Em caso de emissão de “Cotas Previamente Autorizadas” conforme parágrafo acima, os cotistas serão devidamente notificados da realização desta Emissão (“Notificação de Emissão de Cotas”) realizada pelo Administrador da Classe, pela qual serão chamados a integralizá- la em prazo estipulado não menor de que 10 (dez) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio da Notificação de Integralização cotas.

Parágrafo Quarto – A subscrição e integralização de “Cotas PreviamenteAutorizadas” nos termos do parágrafo segundo acima será da mesma natureza e classe das Cotas que cada cotista subscreveu, sendo que (1) poderá exceder o número Máximo previsto no Regulamento da Classe para emissões de cotas, (2) será na proporção da respectiva participação do Subscritor na Classe, e (3) o cotista concede ao Administrador da Classe, Mandato Irrevogável e irretratável para a formalização dos documentos desta emissão tais como, Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de emissão de “Cotas Previamente Autorizadas” o valor de conversão de cota refletirá o valor do dia anterior ao da notificação mencionada no parágrafo terceiro acima.

Parágrafo Sexto – As Emissões de “Cotas Previamente Autorizadas” nostermos do parágrafo segundo acima poderão ocorrer a qualquer momento durante o Prazo de Duração, sempre que demonstrada sua necessidade;

Parágrafo Sétimo – Durante o Prazo de Duração serão realizadas emissões de “Cotas Previamente Autorizadas” tantas vezes quantas forem necessárias para cobrir os valores de encargos e despesas da Classe por período mínimo e

máximo de 1 ano conforme previsões justificadas pelo Administrador limitado ao valor Máximo de Emissão deCotas representadas por até 1 (um) Milhão de reais;

Parágrafo Oitavo – Serão aplicadas as penalidades previstas neste Regulamento e nos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimentos aqueles cotistas que por qualquer motivo não integralizar as “Cotas Previamente Autorizadas”.

CAPÍTULO XVI - DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 33º. A Classe entrará em Liquidação ao final do Prazo de Duração ou desuas eventuais prorrogações, por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou do Regulamento, do Anexo ou do Apêndice A e/ou do Apêndice B, ou, ainda, caso assim deliberado pela Assembleia de Cotistas.

Artigo 34º. Quando da Liquidação da Classe por força do término do Prazo de Duração, o Administrador deverá iniciar a divisão do Patrimônio Líquidoentre os Cotistas, observadas as suas participações percentuais na Classe, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, observado o disposto neste Capítulo.

Artigo 35º. Após a divisão do patrimônio da Classe entre os Cotistas, o Administrador deverá promover o encerramento da Classe, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data emque os recursos provenientes da Liquidação foram disponibilizados aosCotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao seu encerramento perantequaisquer autoridades.

Artigo 36º. Mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, a Liquidação da Classe será feita de uma das formas a seguir, sempre levando em consideração a opção que atenda da melhor maneira aos interesses dos Cotistas:

(i) venda em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado,observado o disposto na legislação aplicável;

(ii) exercício, em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, de opções de venda, negociadas pelo Administrador, quando da realização dos investimentos;

(iii) venda através de transações privadas dos Títulos e ValoresMobiliários ou outros títulos que compõem a carteira da Classe e que não são negociáveis em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, no Brasil; ou

(iv) entrega aos Cotistas dos Outros Ativos, bem como de Títulos e Valores Mobiliários ou outros títulos de emissão da Companhia Alvo, integrantes da carteira da Classe na data da Liquidação,

(v) observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo Primeiro – Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pelaCVM aplicáveis à Classe.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de, nos 6 (seis) meses anteriores aotérmino do Prazo de Duração, ainda subsistirem ativos na sua carteira,o Gestor, conforme orientação da Assembleia Geral de Cotistas, envidará seus melhores esforços para vender esses ativos, estando cientes os Cotistas, desde já, dos eventuais riscos e prejuízos eventualmente advindos da adoção deste procedimento.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de Liquidação da Classe mediante a entrega aos Cotistas dos ativos que compõem a sua carteira, conformedisposto neste Artigo, será considerado o valor de mercado de tais ativos, a ser ratificado pela Assembleia Geral de Cotistas, observado oquórum qualificado previsto no Artigo acima, devendo os Cotistas,se for o caso, aderir aos respectivos acordos de acionistas, sempre respeitando as disposições legais aplicáveis às EFPC.

Artigo 37º. Caso, ao final do Prazo de Duração, existam ativos remanescentes com difícil liquidação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, o Gestor, conforme orientação da Assembleia Geral de Cotistas, deverá envidar seus melhores esforços para negociá-los, semo repasse de sua titularidade aos Cotistas.

CAPÍTULO XVII - DOS FATORES DE RISCO

Artigo 38º. Os investimentos da Classe sujeitam-se aos riscos inerentes àconcentração da carteira e de liquidez e à natureza dos negócios desenvolvidos pela Companhia Alvo em que serão realizados os investimentos. Tendo em vista estes fatores, os investimentos a serem realizados pela Classe apresentam um nível de risco elevado quando comparado com outras alternativas existentes no mercado de capitaisbrasileiro, devendo o investidor que decidir aplicar recursos na Classeestar ciente e de pleno conhecimento que assumirá por sua própria conta os riscos envolvidos nas aplicações.

Parágrafo Primeiro – Os principais riscos a que a Classe está sujeito,pelas características dos mercados em que investe, são:

I. Risco Operacional da Companhia Alvo – Por ser um investimento caracterizado pela participação na Companhia Alvo, todos os riscos operacionais que a Companhia Alvo incorrer, no decorrerda existência da Classe, são também riscos operacionais da Classe, uma vez que o desempenho decorre da atividade da referida empresa.

II. Risco Legal – É o risco ligado à possibilidade de interferências legais aos projetos da Companhia Alvo que interfiram em sua performance, em detrimento do patrimônio da Classe. Outro risco legal abordado diz respeito às demandas judiciais ouadministrativas em que porventura a Companhia Alvo venha a ser ré, tais como

indenizações por desapropriações, prejuízos apropriedades particulares e danos ambientais.

III. Risco de Mercado – É o risco ligado à possibilidade da variação da taxa de juros ou do preço dos ativos da Classe, durante o período de um investimento. Esta variação do valor dos ativos da Classe é repassada ao valor da Cota e consequentemente à rentabilidade da Classe, podendo gerar baixa valorização ou supervalorização do patrimônio. Outra forma de risco incorrida pela Classe diz respeito às condições econômicas gerais, tanto nacionais como internacionais, as quais por sua vez podem afetar tanto o nível das taxas de câmbio e de juros quanto os preços dos papéis em geral. Tais sobressaltos nas condições demercado impactam as expectativas dos agentes econômicos, gerando consequências sobre os ativos que compõem a carteirade títulos da Classe.

IV. Risco de Liquidez – Os ativos que compõem, e que venham a compor, a carteira da Classe podem passar por períodos de menor volume de negócios em seus mercados, dificultando a execução de ordens de compra/venda, impactando a formação dos preços desses ativos.

V. Risco de Crédito – Os Títulos e Valores Mobiliário e/ou Outros Ativos que compõem a carteira ou que venham integrar a carteira da Classe estão sujeitos ao risco de crédito do GovernoFederal ou da Companhia Alvo. O risco de crédito refere-se à possibilidade de não recebimento dos juros e/ou principal dos Títulos e Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos que compõem ou que venham integrar a carteira da Classe, com consequenteimpacto negativo na rentabilidade.

VI. Risco de Concentração – Consiste no risco da Classe aplicar até100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em ativos da Companhia Alvo.

VII. Restrições ao Resgate e Amortização de Cotas e Liquidez Reduzida – A Classe é constituída sob forma de condomínio fechado e, portanto, só admite o resgate de suas Cotas ao término do Prazo de Duração. A Distribuição de Resultados e a Amortização de Cotas serão realizadas em conformidade com asregras previstas neste Anexo e Apêndices, observadas as orientações da Assembleia de Cotistas. Caso os Cotistas queiram desfazer-se dos seus investimentos na Classe, poderão realizar a venda de suas Cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições deste Regulamento, daResolução CVM nº 160. Quando as Cotas do Fundo estiverem eletronicamente custodiadas na B3, os Cotistas poderão vender no mercado secundário no FUNDOS21 – Modulo de Fundos ("FUNDOS21"), administrado e operacionalizado pela B3, e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3. Considerando que o investimento em cotas de fundos de investimento em participação é um produto novo, o mercado secundário para negociação de tais Cotas apresenta baixa liquidez, e não há garantia de que os Cotistas conseguirão alienar suas Cotas pelo preço e no momento desejados.

VIII. Propriedade das Cotas versus a Propriedade dos Títulos e Valores Mobiliários – Apesar da carteira da Classe ser constituída, predominantemente, pelos Títulos e ValoresMobiliários de emissão da Companhia Alvo, a

propriedade das Cotas não confere aos Cotistas a propriedade direta sobre tais Títulos e Valores Mobiliários. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas que detém na Classe.

IX. Não Realização de Investimento pela Classe – Os investimentosda Classe são considerados de longo prazo e o retorno do investimento na Companhia Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultarem investimentos menores ou mesmo no caso de não realizaçãodos mesmos.

X. Inexistência de Garantia de Rentabilidade – A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no própria Classe não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos da Classe na Companhia Alvo que apresentem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para a Classe.

XI. As aplicações realizadas na Classe e pela Classe não contam comgarantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou da Classe Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio da Classe e, consequentemente, do capital investidopelos Cotistas.

XII. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos – A Classe está sujeita aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, noBrasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política,econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo o mercado de capitais.

Artigo 39º. O Cotista assume todos os riscos decorrentes da política de investimento adotada pela Classe, ciente da possibilidade de realizaçãode operações que coloquem em risco o patrimônio da Classe e ao ingressar na Classe, declara expressamente que tem ciência destes riscos, inclusive a possibilidade de perda total dos investimentos, não podendo o Administrador, o Custodiante e/ou o Gestor, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira, ou por eventuais prejuízos impostos aos Cotistas, exceção àqueles causados por dolo ou culpa, sendo que tal declaração constarádo Boletim de Subscrição e do respectivo Compromisso deInvestimento.

ANEXO II - DEFINIÇÕES

Este anexo é parte integrante do Regulamento do **PHOENIX FUNDO DEINVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Administrador – é a **LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA**., devidamente inscrita no CNPJ sob jo n° 28.376.231/0001-13, com sede na R Rua Elvira Ferraz, 250 - Salas 201/202. Torre FL Office - Vila Olímpia - São Paulo, SP – Brasil CEP: 04552-040, devidamentea utorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ato Declaratório, n° 15.391, de 26 de abril de 2024.

AFAC – significa adiantamento futuro de aumento de capital a ser realizado pela Classe.

Amortização – é o procedimento de distribuição aos Cotistas das disponibilidades financeiras da Classe, resultantes da alienação de um investimento ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pelas companhias investidas, conforme disposto no Capítulo V do Anexo I ao Regulamento.

Anexo Normativo IV – significa o Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175.

Artigo – são os Artigos desse Regulamento.

Assembleia de Cotistas – significa a Assembleia Especial de Cotistas ou aAssembleia Geral de Cotistas, sem distinção.

Assembleia Especial de Cotistas Seniores – é o órgão deliberativo dos titulares de Cotas Seniores, cujo funcionamento está previsto no Capítulo XII do Anexo I ao Regulamento.

Assembleia Geral de Cotistas – é o órgão deliberativo máximo do Fundo, cujofuncionamento está previsto no Capítulo V da Parte Geral do Regulamento.

Boletim de Subscrição – é documento que formaliza a subscrição de Cotas deemissão da Classe pelos Cotistas.

B3 - B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Chamada(s) de Capital – significa cada chamada de capital aos Cotistas para aportar recursos na Classe, mediante integralização parcial ou total das Cotas subscritas pelos respectivos Cotistas, nos termos dos respectivos Boletins de Subscrição e/ou Compromissos de Investimento.

Classe – É a Classe Única de Cotas de emissão do Fundo.

Companhia(s) Alvo – são as companhias abertas ou fechadas brasileiras nas quaissejam identificados sólidos fundamentos, excelência de gestão e perspectiva de rentabilidade significativa, em que o Fundo e/ou a Classe poderá realizar seus investimentos, observados os critérios estabelecidos no Anexo I ao Regulamento. Por Companhia Alvo considera-se, inclusive, a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia, cujo processo de desestatização foi objeto do Edital SPI nº 01/2024,intermediado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, do Estado de São Paulo e em cujo leilão o Fundo foi considerado arrematante, conforme resultado em caráter definitivo publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22.05.2024.

Compromisso de Investimento – significa cada “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Cotas”, que será assinado por cada Cotista no ato da subscrição de suas Cotas, o qual regularáos termos e condições para a integralização das Cotas pelo Cotista.

Cotas – são as frações ideais do patrimônio da Classe, representada pelas Cotas Seniores e Cotas Subordinadas em conjunto, nos termos do Anexo I ao Regulamento.

Cotas Seniores – significa as Cotas da Subclasse de Cotas Seniores, nos termos do Apêndice A;

Cotas Suborinadas - significa as Cotas da Subclasse de Cotas Subordinadas, nos termos do Apêndice B;

Cotista – são as pessoas físicas ou jurídicas, ou comunhão de interesses, quesejam titulares de Cotas.**,** e que farão jus ao recebimento de qualquer valor devido nos termos desse Regulamento que sejam Cotistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data do pagamento.

Custodiante – **LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA** acima qualificada.

CVM – é a Comissão de Valores Mobiliários.

Dia Útil – significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriadosnacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercialou bancário nacional.

Diretor – é o Sr. Artur Martins de Figueiredo, diretor indicado pelo Administrador,responsável pela administração do Fundo perante a CVM.

Distribuição de Resultados – consiste na distribuição de dividendos ou juros sobreo capital próprio pela Classe.

Exigibilidade – são as obrigações e encargos do Fundo, incluindo as provisões eventualmente existentes.

Fundo – é o **PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA**.

Gestor – é a **LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.,** devidamente inscrita no CNPJ sob jo n° 28.376.231/0001-13, com sede na R Rua Elvira Ferraz, 250 - Salas 201/202. Torre FL Office - Vila Olímpia - São Paulo, SP – Brasil CEP: 04552-040, devidamente autorizada gerir carteira de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ato Declaratório, n° 15.391, de 26 de abril de 2024, ou quem venha a substituí-la, a qual realizará a gestão da carteira da Classe na qualidade de Prestador de Serviço Essencial.

Governo Federal – é o Governo Federal da República Federativa do Brasil.

Instrução CVM nº 579 – é a Instrução CVM nº 579, de 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento em Participações.

Liquidação – é o procedimento a ser observado para o encerramento da Classe, em que será apurado o valor resultante da soma das disponibilidades financeiras da Classe, mais o valor dos ativos integrantes da carteira, mais valores a receber,menos as Exigibilidades.

Liquidação Antecipada – poderá ocorrer na hipótese de renúncia e não substituiçãodo Administrador Fiduciário, e demais disposições legais e regulamentares.

Outros Ativos – são os demais títulos e ativos em que a Classe poderá investir seus recursos, nos termos do inciso (ii) do do Anexo I ao Regulamento.

Patrimônio Líquido – é o montante constituído pela soma do disponível, mais o valor da carteira de ativos do Fundo e/ou da Classe, mais valores a receber, menos Exigibilidades.

Prazo de Duração – é o prazo de duração total da Classe, nos termos do do Anexo I ao Regulamento.

Prestadores de Serviços Essenciais – significa, conjuntamente, o Administrador e o Gestor.

Regulamento – é o Regulamento do Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, do qual faz parte o presente Anexo.

Resolução CMN 4.994 – significa a Resolução nº 4.994, editada pelo

Conselho Monetário Nacional em 24 de março de 2022, conforme alterada, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Resolução CMN 5.111 – significa a Resolução nº 5.111, editada pelo Conselho Monetário Nacional em 21 de dezembro de 2023, conforme alterada, que regulamenta os conceitos de entidade de investimento e de direitos creditórios.

Resolução CVM nº 30 – é a Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, que revoga a Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, que dispõe sobre odever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil docliente.

Subclasses - significa a Subclasse de Cotas Seniores e a Subclasse de Cotas Subordinadas, quando referidas indistintamente;

Resolução CVM nº 160 – é a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, quedisciplina as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

Resolução CVM nº 175 – é a significa a Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento e, em seu Anexo Normativo IV, sobre os fundos de investimento em participações.

Taxa de Administração – é a taxa a que fará jus o Administrador pela execução deseus serviços.

Taxa de Gestão – é a taxa a que fará jus o Gestor pela execução de seus serviços.

Títulos e Valores Mobiliários – são ações, debêntures, bônus de subscrição, notascomerciais ou outros títulos e valores mobiliários, conversíveis ou permutáveis emações, de emissão da Companhia Alvo, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo e/ou da Classe, nos termos do Regulamento e da Resolução CVM nº 175 e seu Anexo Normativo IV.

ANEXO III - METODOLOGIA DE PRECIFICAÇÃO

ATIVO	AVALIAÇÃO
Títulos Públicos	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo mercado secundário da ANBIMA.
Títulos Privados e Cotas de Fundos de Investimento	A metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade: a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANBIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado; b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANBIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC); c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título será apurado por outro método definido pelo Administrador, de acordo com as diretrizes previstas em seu Manual de Marcação a mercado e segundo as boas-práticas de mercado; e d) No caso de cotas de fundos de investimento, será utilizado o valor da última cota disponível, conforme

	divulgado pelo administrador do fundo investido.
Ações e Cotas de Sociedade Limitada	Para as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, são utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia, conforme informado pela bolsa onde as ações são negociadas. As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado e as cotas de sociedade limitada serão inicialmente avaliadas pelo valor justo. A avaliação do valor justo das ações sem cotação em bolsa e das cotas de sociedade limitada será feita de acordo com as normas contábeis expedidas pela CVM. Como o Fundo é classificado como "Entidade de Investimento", a avaliação do valor justo das sociedades investidas poderá ser realizada pelo Gestor e validada pelo Administrador ou por terceiro independente contratado, pelo Administrador, em nome do Fundo, para confecção de laudo de avaliação. O valor justo dessas investidas irá refletir as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido como a data

	de apresentação das demonstrações contábeis do Fundo e/ou da Classe. Caso ocorra eventos ou alterações de condições que possam influenciar materialmente o valor justo das investidas, uma nova avaliação será efetuada e seus efeitos reconhecidos contabilmente prospectivamente. Nos casos em que o Administrador concluir que o valor justo de uma entidade não seja mensurável de maneira confiável, o valor de custo pode ser utilizado até que seja praticável a mensuração do valor justo em bases confiáveis, devendo o Administrador divulgar, em nota explicativa, os motivos que o levaram a concluir que o valor justo não é mensurável de maneira confiável, apresentando conjuntamente um resumo das demonstrações contábeis condensadas dessas sociedades investidas.

APÊNDICE A
REFERENTE À SUBCLASSE DE COTAS SENIORES

Este instrumento constitui o Apêndice A referente à subclasse de Cotas Seniores da Classe única de cotas de emissão do **PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA,** CNPJ: 54.393.170/0001-02 ("Classe"), administrado pela **LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA**., devidamente inscrita no CNPJ sob jo n° 28.376.231/0001-13, com sede na R Rua Elvira Ferraz, 250 - Salas 201/202. Torre FL Office Vila Olímpia - São Paulo, SP – Brasil CEP: 04552-040, devidamenteautorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ato Declaratório, n° 15.391, de 26 de abril de 2015 ("Administradora"), emitidas nos termos do anexo da Classe, devidamente registrado perante a CVM ("Cotas Seniores"), a qual terá as seguintes características:

Remuneração Prioritária Mínima das Cotas Seniores	As Cotas Seniores buscarão atingir uma remuneração prioritária mínima (benchmark) correspondente a variação acumulada do IPCA, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), ou, na hipótese de sua extinção, pelo índice que venha a substituí-lo, acrescida de spread de 8% (oito por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente desde a data de integralização das Cotas Seniores até a data do efetivo pagamento das amortizações programadas.
	As Cotas Seniores serão amortizadas de acordo com o

Amortizações Programadas	seguinte cronograma: (a) no último dia útil do 24 (vigésimo a quarto) mês, contado da data de integralização das Cotas Seniores, a primeira parcela correspondente a 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores; (b) no último dia útil do 48 (quadragésimo oitavo) mês, contado da data de integralização das Cotas Seniores, a segunda parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas Seniores; (c) no último dia útil do 60º (sexagésimo) mês, contado da data de integralização das Cotas Seniores, a terceira parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das Cotas Seniores; e (d) no último dia útil do 72º (septuagésimo segundo) mês, contado da data de integralização das Cotas Seniores, a quarta parcela correspondente ao saldo total das Cotas Seniores
Cálculo das Amortizações das Cotas Seniores	Os valores que compõem o Valor Base da cota sênior, excetuando aqueles que foram declarados e não pagos, serão atualizados, conforme benchmark pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), ou, na hipótese

	de sua extinção, pelo índice que venha a substituí-lo. Essa atualização será acrescida da taxa de 8% ao ano (oito por cento ao ano), pro rata temporis, desde a data do efetivo desembolso até a data do efetivo pagamento dos resgates programados. Caso a rentabilidade resultante da cota subordinada seja superior à rentabilidade pactuada na cota sênior, prevalecerá a opção de absorver a rentabilidade adicional da classe subordinada.
Público-Alvo e Restrições à Negociação	As Cotas Seniores objeto da Oferta destinam-se à aquisição exclusivamente por Investidores Profissionais constituídos sob a forma de fundos de investimento, estando assim sujeitas às restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160. As referidas Cotas Seniores poderão ser registradas para distribuição, liquidação e negociação no mercado de balcão administrado pela B3, por meio do módulo de distribuição de ativos – MDA e pelo sistema Fundos21, ambos administrados e operacionalizados pela B3.
Quantidade Máxima de Cotas	A quantidade de Cotas suficiente para perfazer o montante financeiro, observado o Valor Unitário descrito abaixo;

Prazo de Vigência	O prazo de duração da Emissão é de até 6 meses, contados da primeira integralização financeira.
Valor Nominal Unitário da Cota	o Valor Inicial de Emissão unitário das Cotas da Classe é de R$ 1.000,00 (mil reais de reais) para a primeira integraçiação, após a primeira integralização o Valor Nominal Unitário da Cota será correspondente ao Preço Unitário da Cota no dia útil imediatamente anterior ao do aporte (“D-1”).

04 de março de 2026

APÊNDICE B
REFERENTE À SUBCLASSE DE COTAS SUBORDINADAS

Este instrumento constitui o Apêndice nº II referente à subclasse de Cotas Subordinadas da Classe única de cotas de emissão do **PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA,** CNPJ: 54.393.170/0001-02 ("Classe"), administrado pela **LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA**., devidamente inscrita no CNPJ sob jo n° 28.376.231/0001-13, com sede na R Rua Elvira Ferraz, 250 - Salas 201/202. Torre FL Office Vila Olímpia - São Paulo, SP – Brasil CEP: 04552-040, devidamenteautorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ato Declaratório, n° 15.391, de 26 de abril de 2024. ("Administradora"), emitidas nos termos do anexo da Classe, devidamente registrado perante a CVM ("Cotas Subordinadas"), a qual terá as seguintes características:

Benchmnark das Cotas Subordinadas	N/A
Amortização e Resgate	As Cotas Subordinadas terão direito a Distribuição de Resultados, Amortização e resgate somente após a amortização programada/resgate integral das Cotas

Público-Alvo e Restrições à Negociação	As Cotas Subordinadas objeto da Oferta destinam-se à aquisição exclusivamente por Investidores Profissionais constituídos sob a forma de fundos de investimento, estando assim sujeitas às restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160. As referidas Cotas poderão ser registradas para distribuição, liquidação e negociação no mercado de balcão administrado pela B3, por meio do módulo de distribuição de ativos – MDA e pelo sistema Fundos21, ambos

São Paulo, 04 de março de 2026.